

CONSUMO DE MEDICAMENTOS PELOS ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA, Prescrição e Automedicação



COSTA A.; COELHO A.; GRAÇA A.; PEDRO J.

Departamento das Ciências e Tecnologias Laboratoriais e Intervenção Comunitária - Área Científica de Farmácia



O medicamento tanto pela sua inadequada utilização, quer pelo seu custo vem sendo uma das preocupações das políticas, quer de entidades governamentais, quer não governamentais, ao nível mundial. Este estudo tem como objectivo caracterizar o consumo de medicamentos pelos estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL). Pretende-se ainda, caracterizar a amostra em estudo quanto às fontes de informação utilizadas acerca dos medicamentos; quais os principais medicamentos e grupos terapêuticos utilizados no último ano e qual a prevalência da automedicação sua adequação face aos problemas de saúde referidos pela amostra em estudo.

A classificação dos medicamentos, quanto ao seu regime de dispensa ao público, encontra-se disposta no decreto-lei nº 209/94, de 6 de Agosto, que os qualifica em medicamentos sujeitos a receita médica e medicamentos não sujeitos a receita médica. Os medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM) são aqueles que a sua dispensa necessita de uma prescrição pelo profissional devidamente habilitado a prescrever medicamentos, o médico. Os medicamentos de prescrição livre são os medicamentos cuja aquisição se encontra facilitada, uma vez que dispensam a obrigatoriedade de receita médica, com todos os prós e contras que daí possam advir.

A automedicação pode ser definida como o “processo através do qual o indivíduo pode escolher, os medicamentos necessários para aliviar síndromas ou sintomas menores” (Amado, 1996). A prática da automedicação pode, todavia, acarretar alguns problemas para os consumidores, que resultam, principalmente, de uma inadequada utilização dos medicamentos, que, na maioria dos casos, resulta de informação inadequada e insuficiente e de uma cultura farmacoterapêutica não suficientemente consolidada (Despacho n.º 2245/2003, de 16 de Janeiro).

Podemos caracterizar este estudo como sendo descritivo e transversal, tendo como campo de análise, o consumo de medicamentos expresso pelos estudantes da ESTeSL, em frequência no ano lectivo 2003/2004 e que cumpram os critérios de inclusão e exclusão determinados para estudo. Foi utilizado um questionário construído para o efeito, auto-preenchido na primeira quinzena de Dezembro de 2003. A amostra foi, assim, constituída pelos estudantes, que casualmente se encontravam nas salas em aulas, quando foram distribuídos os questionários. O tratamento da informação obtida foi feito pela análise descritiva dos dados, através de tratamento estatístico com o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS®, release 12.0).

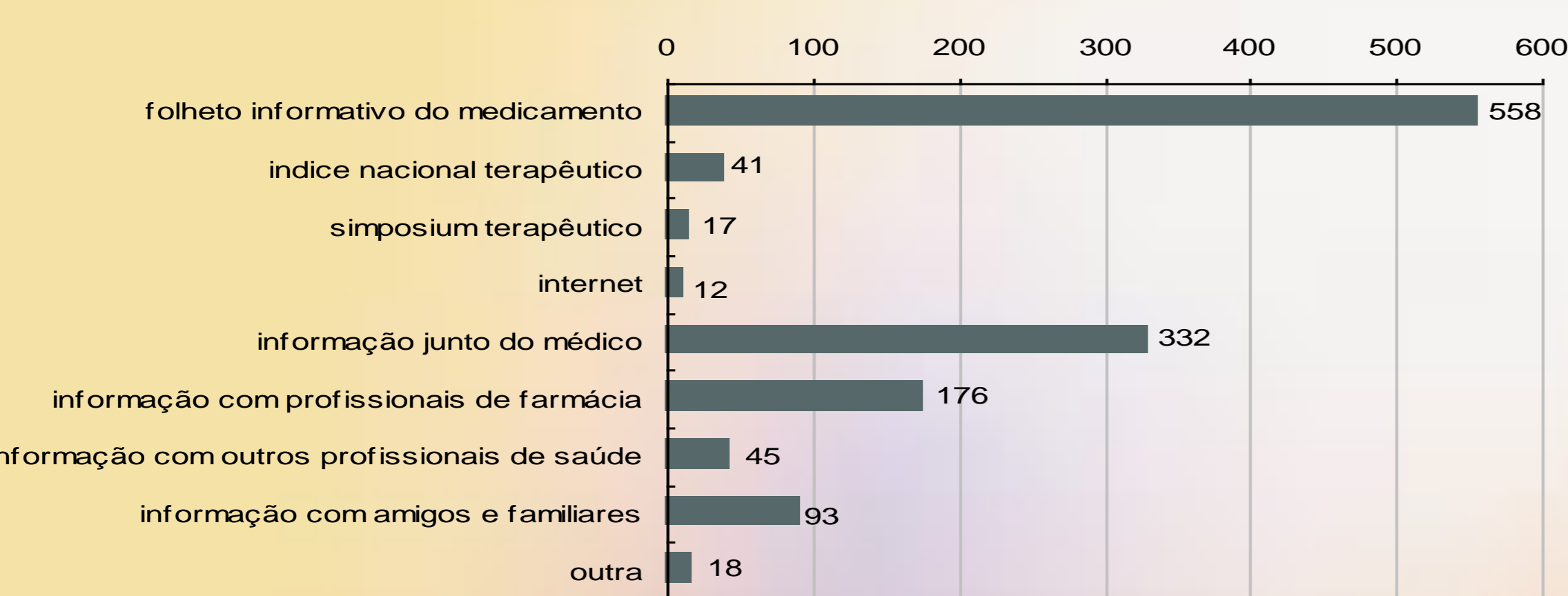


Figura 1- Fontes de informação sobre o medicamento

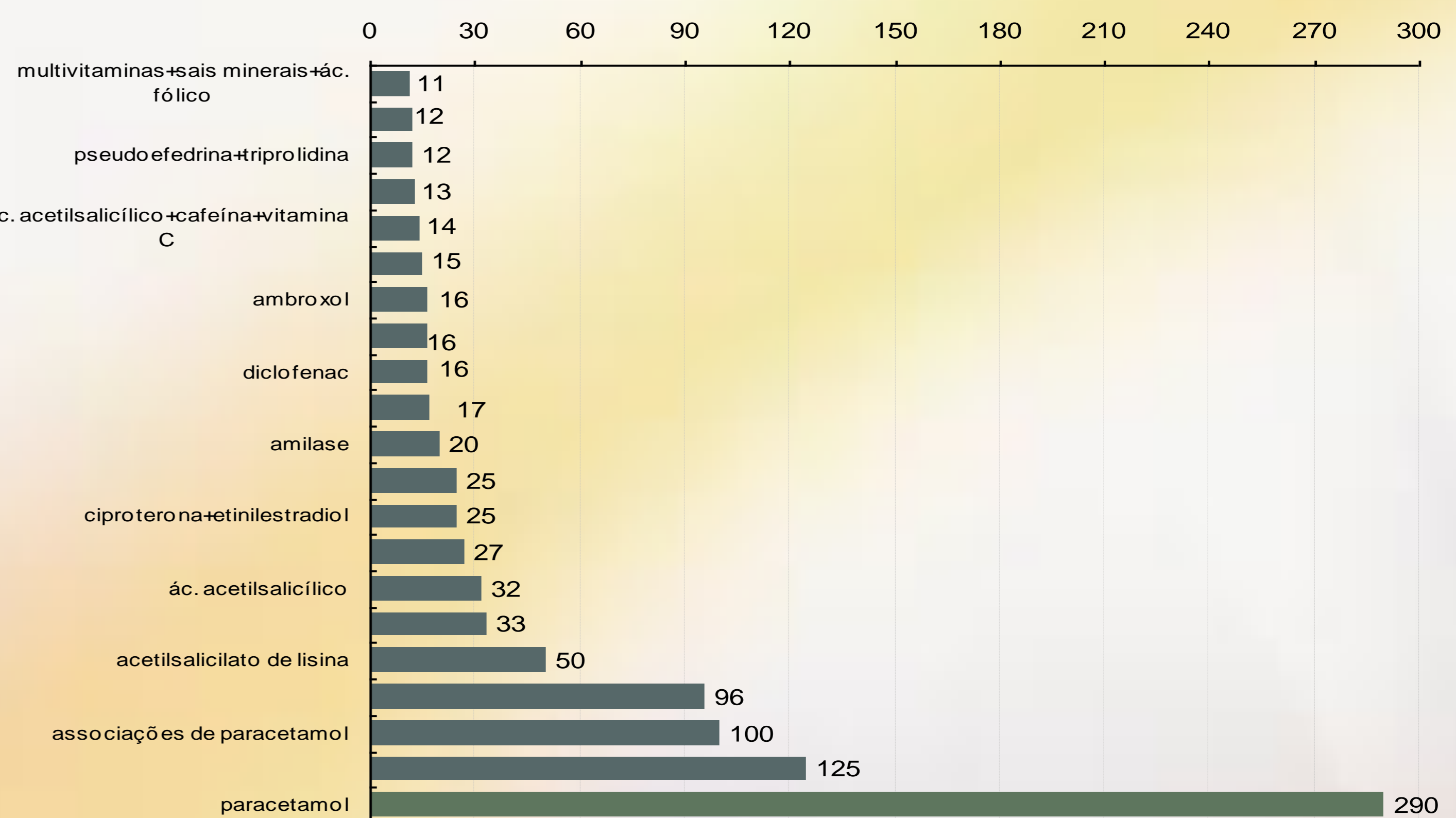


Figura 2- Medicamentos consumidos

Dos 746 estudantes que tomaram medicamentos, a maioria (629) refere ter consultado fontes de informação acerca do medicamento antes do seu consumo, sendo que 43,2% recorreu ao folheto informativo do medicamento.

Existe na Escola uma preocupação de sensibilização para a importância desta informação, sendo transmitida de forma mais formal nas disciplinas específicas ou de forma mais informal em vários tipos de acções. No entanto, devemos melhorar esta sensibilização pois 15,7% dos inquiridos ainda utilizam o medicamento sem consultar qualquer informação (Figura 1).

Tabela 1- Prevalência do consumo por motivo da toma do medicamento

Problemas de saúde que originaram o consumo	Prevalência da Prescrição (%)	Prevalência da Automedicação (%)
Estados gripais	24,4	75,6
Cefaleias	16,7	83,3
Febre	31,7	68,3

O problema de saúde mais referido pelos estudantes forma os estados gripais, talvez pelo facto da recolha de informação coincidir com um surto de gripe. Comparando com o estudo de Cabrita et al (2000), realizado em Maio, constatamos não haver coincidência relativamente ao motivo de utilização do medicamento, pois neste, o motivo mais referido foi a dor. Os valores de prevalência de automedicação apresentam-se bastante próximos e muito superiores aos de prescrição (Tabela 1).

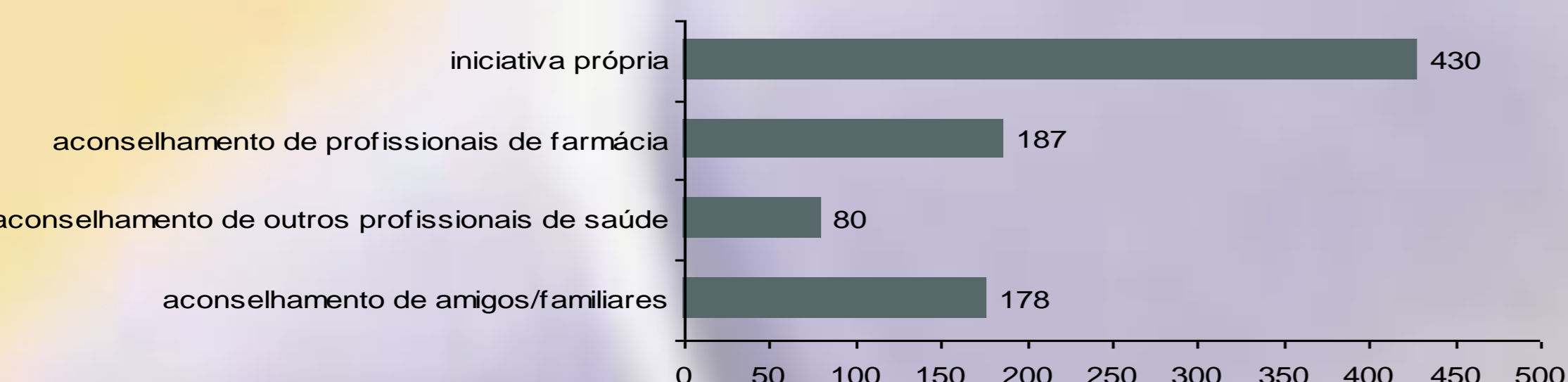


Figura 3- Distribuição dos medicamentos por diferentes formas de automedicação

O uso de medicamentos por iniciativa própria apresenta cerca de metade das respostas (49,2%). O aconselhamento por profissionais de farmácia corresponde a 21,3%, o aconselhamento por parte de amigos e familiares a 20,3% e o aconselhamento por outros profissionais de saúde corresponde ao valor mais baixo (9,2%). O elevado aconselhamento de familiares e amigos pode estar relacionado com o facto dos estudantes ainda manterem uma relação muito estreita com a família (Figura 3).

Como principais conclusões deste estudo podemos salientar que o consumo de medicamentos pelos estudantes da ESTeSL foi elevado, apresentado uma prevalência de consumo de 88,8%. Este consumo, na maioria dos casos processou-se de forma adequada, tendo em consideração que os medicamentos consumidos em automedicação foram essencialmente medicamentos não sujeitos a receita médica. Os estados gripais, as cefaleias e a febre foram os problemas de saúde que mais justificaram a utilização de medicamentos, sendo o mais utilizado o paracetamol. Este encontra-se incluído no subgrupo farmacoterapêutico dos analgésicos e antipiréticos onde se enquadrou o maior consumo de medicamentos. Dos medicamentos consumidos, 728 são medicamentos não sujeitos a receita médica e 526 sujeitos a receita médica, tendo a prevalência de prescrição sido de 34,7% e de automedicação de 65,3%. Em automedicação os medicamentos consumidos foram essencialmente por iniciativa própria, tendo a terapêutica sido efectuada ocasionalmente.

Relativamente ao consumo do medicamento, os medicamentos mais utilizados foram o paracetamol (23,1%), o ibuprofeno (10,0%) e a nimesulida (7,7%). Além da sua utilização isolada, o paracetamol associado a outros princípios activos apresentou também uma elevada utilização. Num total de 432 referências o paracetamol (23,1%) também foi o medicamento mais consumido no estudo de Cabrita et al (2000) com 9,1%. Os 1254 medicamentos consumidos pelos inquiridos distribuíram-se por 33 subgrupos farmacoterapêuticos diferentes (Figura 2).

Tabela 2- Prevalência do consumo por grupo terapêutico

Subgrupo Terapêutico	Prevalência da Prescrição (%)	Prevalência da Automedicação (%)
analgésicos e antipiréticos	16,8	83,2
anti-inflamatórios não esteróides	27,5	72,5
hormonas sexuais	91,7	8,3
antibacterianos	85,2	14,8
psicofármacos	53,8	46,2

A prevalência da automedicação encontrada para os dois primeiros subgrupos da tabela (83,2% e 72,5%) encontra-se adequada, já que os medicamentos destes subgrupos na sua grande parte são de venda livre. Por outro lado, parece preocupante os valores apresentados para a automedicação no 3º, 4º e 5º subgrupos, pois nestes os medicamentos são sujeitos a receita médica. Realça-se ainda o grupo dos psicofármacos que apresenta valores próximos entre a prescrição e a automedicação (Tabela 2).

Bibliografia

- Association Of The European Self-Medication Industry (1997). Developing self-medication in Central and Eastern Europe. Consultado a 21 de Novembro de 2003, disponível em www.aesgp.be.
- Association Of The European Self-Medication Industry (2000). Self-medication Brochure - Portuguese. Consultado a 21 de Novembro de 2003, disponível em www.aesgp.be.
- Amado, J. (1996). Farmácias caseiras: seu reconhecimento e avaliação. Farmácia Portuguesa, 102.
- ASHP (2001). ASHP Therapeutic Position Statement on the Safe Use of Oral Nonprescription Analgesics. Consultado a 23 de Novembro de 2003, disponível em www.ashp.org/news/showArticle.pdf.
- Caamaño, F. et al (2000). Self-medication: concept and "users" profile. Universidade de Santiago: Departamento de Medicina Preventiva e Saúde Pública, 14:4, 294-299.
- Cabrita, J. et al (2001). Estudo do Padrão de Consumo de Medicamentos pelos Estudantes da Universidade de Lisboa. Revista Portuguesa de Saúde Pública, Vol.19, nº2, 39-47.
- Despacho n.º 21844/2004 (2ª série) de 26 de Outubro - Classificação Farmacoterapêutica de Medicamentos
- Despacho n.º 2245/2003 (2ª série) de 16 de Janeiro - Grupo de consenso sobre automedicação
- Maria, V. A. J. (2000). Automedicação: custos e saúde. Revista Portuguesa de Clínica Geral, 16, 11-14.
- Marques, F.B., Co Prado, N., Caramona, M. (2000). Caracterização da natureza e custos financeiros directos da automedicação. Revista Portuguesa de Clínica Geral, 16, 23-34.
- Martins, A.P. et al (1999). Prevalência da automedicação na população urbana: relatório final. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias.
- World Health Organization (2000). Medicines Strategy: Framework for action in essential drugs and medicines policy. Consultado a Dezembro de 2003, disponível em www.who.int/medicines/strategy/strategy.pdf
- World Health Organization (2000). Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication. Geneva.